

Relatório e Contas 2019

Willis – Corretores de Seguros, SA



RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2019

A Willis – Corretores de Seguros S.A., doravante designada por “Sociedade” ou “Willis”, exerce a atividade de corretagem no setor de seguros a partir da sua sede social na Rua Barata Salgueiro, nº 33, 1250 -042 Lisboa e do seu escritório situado na Av. Sidónio Pais, nº 379, Edifício B – 2º piso – Sala 8, 4100-468 Porto.

Em cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos relativamente ao exercício de 2019, o Relatório da Gestão da Sociedade.

1) Breve enquadramento macroeconómico em 2019

Em 2019, verificou-se um ligeiro abrandamento no crescimento da economia portuguesa face a 2018, contudo, o crescimento de 2,2% do PIB (menos 0,4% que em 2018) superou a média da Zona Euro, que foi de 1,2% (menos 0,6% que em 2018).

Segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística) a desaceleração da atividade económica em Portugal deveu-se em parte à diminuição do contributo da procura interna para 2,7 pontos percentuais (face aos 3,1 pontos percentuais em 2018), refletindo o crescimento menos intenso do consumo privado. A procura externa líquida apresentou um contributo mais negativo relativamente a 2018, verificando-se uma desaceleração tanto nas exportações como nas importações.

2) Setor Segurador

De acordo com a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a produção de seguro direto regista um valor na ordem dos 12,2 mil milhões de euros em 2019, representando uma diminuição de 5,7% comparativamente a 2018.

Os ramos Não Vida apresentaram um crescimento de 8% enquanto que os ramos Vida registaram um decréscimo de 13,9%.

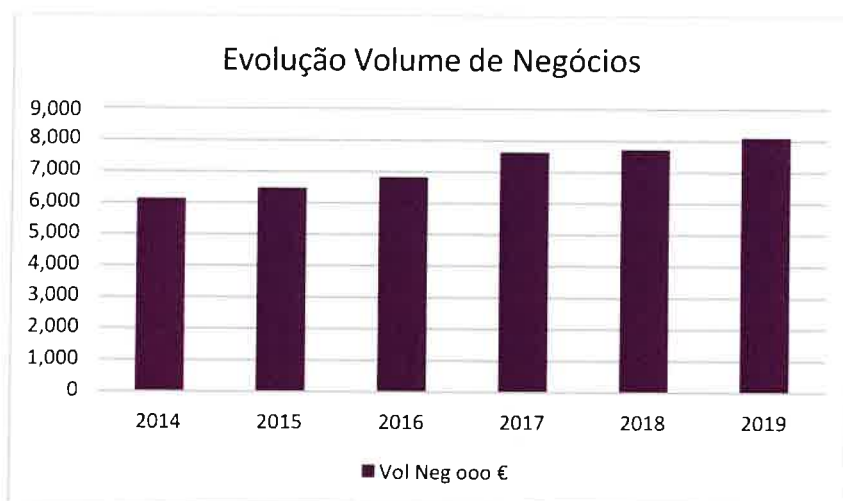
Contribui fortemente para o decréscimo de 13,9% nos ramos Vida a diminuição verificada nos seguros de vida não ligados, tanto nos Planos Poupança Reforma (PPR) como excluindo PPR. No total do mercado embora os PPR tenham um decréscimo de 10% face a 2018, representam aproximadamente 45% da produção total na estrutura dos ramos Vida.

No que concerne ao aumento nos ramos Não Vida destaca-se o crescimento de 11,8% no ramo de Acidentes de Trabalho, 8,5% no ramo Doença e 6,9% no ramo Automóvel.

A nível de custo com sinistros de seguro direto, existiu uma diminuição de 9,2% face ao ano anterior, que teve origem no decréscimo de 14,5% nos ramos Vida e aumento de 1,9% nos ramos Não Vida.

3) Atividade Operacional

Em 2019 a Willis atingiu um volume de negócios no valor de 8.094.098 euros, que representa um crescimento de 5% face ao ano de 2018, mantendo assim a tendência de crescimento dos últimos anos.



O resultado operacional cresceu em 2,5% em 2019. O incremento de 5% no volume de negócios foi atenuado pelo aumento dos custos com o pessoal na ordem dos 9%.

Embora sem grande contribuição para o resultado operacional salientamos o incremento nos custos de amortizações na ordem dos 92,5% devido ao investimento no novo software de gestão administrativa de clientes e apólices, controlo de carteira e gestão de recibos.

4)) Atividade desenvolvida em 2019

Durante o ano de 2019 continuamos a nossa especialização em determinadas áreas que consideramos fundamentais para a nossa estratégia de melhor servir os nossos clientes e potenciais clientes.

Criamos a área de *Health and Benefits*, com soluções específicas para área de Saúde, Vida e Benefícios aos colaboradores das empresas, especializamos a nossa área de soluções para Instituições Financeiras e autonomizamos a área de Risk Management, Planos de Contingência, Gestão de Riscos e Análise de Riscos.

Implementamos um novo sistema de IT, substituindo totalmente o anterior, que nos aportará maior eficiência administrativa, melhor informação de gestão, maior desmaterialização de processos e inovação.

Por último centralizamos a gestão de Sinistros num único *hub* no nosso escritório de Lisboa.

5) Recursos Humanos

Em 2019 criaram-se mais 3 postos de trabalho, atingindo assim um total de 74 postos de trabalho que transitam para o próximo ano.

Finalizamos o processo de Harmonização de Benefícios em linha com os benefícios da WTW Portugal.

Deste trabalho resultaram também, além da revisão de benefícios, promoções internas e planos de carreira claros para toda a organização.

✓ Responsabilidade Social

Foi criado um Grupo de colaboradores para o debate e reflexão sobre o tema da Responsabilidade Social e da forma como a Sociedade e os colaboradores podem ou devem ter um papel relevante na sociedade com focos na Responsabilidade Social.

Foi promovida internamente mais uma campanha de recolha de bens. Este ano de 2019, a decisão sobre a instituição a apoiar foi deixado a cargo de todos os colegas, num esquema de votação, tendo sido eleita a Casa do Pombal - A Mãe, no concelho da Azambuja, que acolhe crianças e jovens em perigo.

6) Resultado Líquido

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido tenha a seguinte aplicação:

Conta	Valor em Euros
Distribuição de Dividendos	1.857.427

7) Perspetivas futuras

As perspetivas futuras passaram a estar sobre forte monitorização dada a atual pandemia de Covid 19.

Embora, à data de hoje, seja difícil fazer uma previsão do futuro mais próximo, temos desenvolvido e estudado cenários que nos permitam continuar a acompanhar ao detalhe a situação e temos estratégias para atuar rapidamente em função dos dados disponíveis a cada momento.

Esses cenários implicaram já uma total atenção aos custos e sua mitigação sempre que possível, mantendo como objetivo principal a saúde e segurança dos nossos quadros e a manutenção, sempre que possível, do seu bem-estar financeiro.

Consideramos ainda que a Sociedade, fruto da estratégia dos anos anteriores, está bem posicionada para resistir aos inevitáveis efeitos económicos desta pandemia.

Na nossa análise preliminar aos riscos que afetam a Sociedade conclui-se que não se esperam impactos substanciais que possam afetar o pressuposto de continuidade da empresa.

Inclusivamente, a Sociedade está a levar a cabo uma atividade comercial mais intensa para apoiar os seus clientes de modo a colmatar impactos negativos nos resultados futuros.

8) Informações Diversas

No dia 9 de março de 2020, a WTW e a AON PLC ("Aon") anunciaram que os conselhos de administração da WTW e da AON tinham chegado a um acordo em relação aos termos de uma aquisição recomendada da WTW pela Aon. Segundo os termos do acordo, cada acionista da empresa-mãe receberá 1,08 ações ordinárias da Aon por cada ação ordinária da WTW. Concluída a combinação das empresas, os atuais acionistas da Aon possuirão aproximadamente 63% e os atuais acionistas da WTW possuirão aproximadamente 37% da empresa combinada, numa base totalmente diluída.

A transação está dependente da aprovação dos acionistas da WTW e da Aon, assim como de outras condições usuais de fecho, designadamente as autorizações regulatórias necessárias.

As partes esperam que a transação esteja terminada no primeiro semestre de 2021, sujeita ao cumprimento destas condições.

Nos termos do estipulado no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro informamos que a situação da Sociedade perante a Segurança Social, encontra-se regularizada.

Igualmente, não existem dívidas em mora à Administração Tributária.

O Relatório de Gestão e os respetivos documentos de prestação de contas estão à disposição dos acionistas, na sede da Sociedade.

Lisboa, 29 de maio de 2020

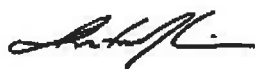
O Conselho de Administração,



(Antonio Serrats Iriarte)
(Presidente)



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)
(Vice-Presidente)



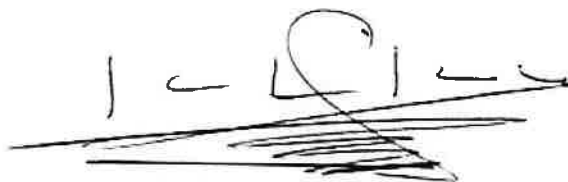
(António José Gomes Madureira)



(Jaime Castellanos Borrego)



(Enrique Santos Pereira)



(Florentino S. Almeida Conde)

WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.**BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	40 138	58 204
Ativos intangíveis	5	512 348	91 604
Ativos por impostos diferidos	7	207 413	167 152
Total do ativo não corrente		759 899	316 960
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	8	2 158 347	1 436 194
Acionistas	10	2 885 590	2 881 734
Outras contas a receber	8	476 185	633 135
Diferimentos	11	90 658	68 156
Caixa e depósitos bancários	4	3 393 556	1 994 559
Total do ativo corrente		9 004 336	7 013 779
Total do ativo		9 764 235	7 330 739
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	12	600 000	600 000
Reserva legal	12	120 000	120 000
		720 000	720 000
Resultado líquido do exercício		1 857 427	1 798 202
Total do capital próprio		2 577 427	2 518 202
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	695 100	638 000
Total do passivo não corrente		695 100	638 000
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	4 877 043	2 901 981
Estado e outros entes públicos	9	312 912	268 216
Acionistas	10	497 922	339 704
Outras contas a pagar	14	803 831	659 138
Diferimentos		-	7 497
Total do passivo corrente		6 491 708	4 174 537
Total do passivo		7 186 808	4 812 537
Total do capital próprio e do passivo		9 764 235	7 330 739

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2019.

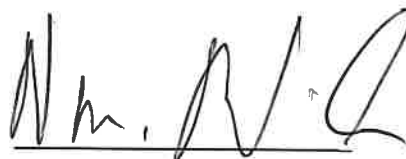
Lisboa, 29 de maio de 2020

O Conselho de Administração,



(Antonio Serrats Iriarte)

(Presidente)



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)

(Vice-Presidente)

BALANÇOS



(António José Gomes Madureira)



(Jaime Castellanos Borrego)



(Enrique Santos Pereira)



(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

BALANÇOS

WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2019	2018
Serviços prestados	15	8 094 098	7 705 806
Fornecimentos e serviços externos	16	(1 255 778)	(1 242 624)
Gastos com o pessoal	17	(4 171 870)	(3 814 323)
Imparidade de dívidas a receber ((perdes) / reversões)	8	21 979	(57 828)
Provisões ((aumentos) / reduções)	13	(57 100)	(47 850)
Outros rendimentos e ganhos	18	48 278	42 112
Outros gastos e perdas	18	(197 677)	(184 171)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 479 928	2 401 121
Gastos de depreciação e de amortização	5	(38 108)	(19 797)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 441 820	2 381 323
Juros e rendimentos similares obtidos	19	47 109	49 544
Resultado antes de impostos		2 488 929	2 430 867
Impostos sobre o rendimento do exercício	20	(631 502)	(632 665)
Resultado líquido do exercício		1 857 427	1 798 202
Resultado por ação básico		15,5	15,0

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Lisboa, 29 de maio de 2020

O Conselho de Administração,



(Antonio Serrats Iriarte)

(Presidente)



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)

(Vice-Presidente)



(António José Gomes Madureira)

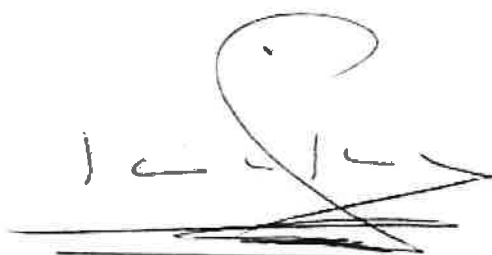


(Jaime Castellanos Borrego)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

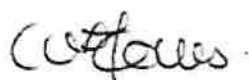


(Enrique Santos Pereira)



(Florentino S. Almeida Conde)

© Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>Capital realizado</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Resultado líquido do exercício</u>	<u>Total do capital próprio</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		600 000	120 000	1 794 200	2 514 200
Operações com detentores de capital no exercício					
Distribuição de dividendos	12	-	-	(1 794 200)	(1 794 200)
Resultado líquido do exercício		-	-	1 798 202	1 798 202
Saldos em 31 de dezembro de 2018		600 000	120 000	1 798 202	2 518 202
Operações com detentores de capital no exercício					
Distribuição de dividendos	12	-	-	(1 798 202)	(1 798 202)
Resultado líquido do exercício		-	-	1 857 427	1 857 427
Saldos em 31 de dezembro de 2019		600 000	120 000	1 857 427	2 577 427

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Lisboa, 29 de maio de 2020

O Conselho de Administração,



(Antonio Serrats Iriarte)

(Presidente)



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)

(Vice-Presidente)

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO



(António José Gomes Madureira)



(Jaime Castellanos Borrego)



(Enríque Santos Pereira)



(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		82 447 576	74 924 178
Pagamentos a fornecedores		(74 170 751)	(66 559 757)
Pagamentos ao pessoal		(4 082 782)	(3 725 087)
Caixa gerada pelas operações		4 194 063	2 639 354
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(670 374)	(776 093)
Movimentação de depósitos à ordem relativos a fundos de clientes	4	(1 017 399)	(209 428)
Outros recebimentos / pagamentos		59 437	(9 143)
Fluxos das atividades operacionais [1]		2 565 727	1 644 893
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Acionistas		1 800 000	2 094 837
Juros e rendimentos similares		47 109	49 544
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(6 422)	(34 610)
Ativos intangíveis		(414 627)	(91 604)
Acionistas		(1 811 987)	(2 515 628)
Fluxos das atividades de Investimento [2]		(385 927)	(497 661)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos	12	(1 798 202)	(1 794 200)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(1 798 202)	(1 794 200)
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]		381 597	(647 168)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	277 093	924 261
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	658 690	277 093

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Lisboa, 29 de maio de 2020

O Conselho de Administração,



(Antonio Serrats Iriarte)

(Presidente)



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)

(Vice-Presidente)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA



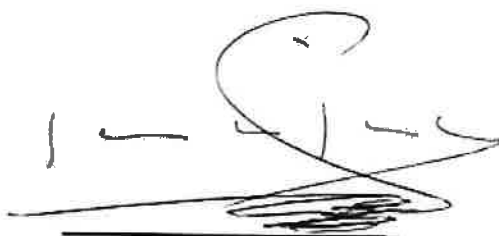
(António José Gomes Madureira)



(Jaime Castellanos Borrego)



(Enrique Santos Pereira)



(Florentino S. Almeida Conde)

Ø Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Willis – Corretores de Seguros, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima com sede em Lisboa, constituída em 1956, tendo como atividade principal a corretagem de seguros.

Conforme indicado na Nota 12, o capital da Sociedade é detido em 99,95% pela Willis Iberia Correduría de Seguros y Reaseguros S.A., entidade incluída no perímetro de consolidação da Willis Towers Watson, PLC, sediada na Irlanda. Consequentemente, as operações e transações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo ao qual pertence. Os principais saldos e transações realizadas com as entidades do Grupo Willis encontram-se detalhados na Nota 10.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de maio de 2020.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que os bens se encontram em condições de ser utilizados, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	3 - 8
Equipamento básico	4 - 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade mantém um conjunto de contratos de Aluguer de Longa Duração (ALD), os quais, face às suas especificidades e de acordo com o preconizado na NCRF 9 - Locações, são reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas como alugueres operacionais (Nota 6).

As rendas de locações operacionais são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica "Fornecimentos e serviços externos", da demonstração dos resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação.

3.4 Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende, essencialmente, gastos com a aquisição de software utilizado no desenvolvimento da atividade da Sociedade.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 6 anos.

As despesas com manutenção de software, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.

3.5 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método da taxa de juro efetiva.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) *Clientes e outras contas a receber*

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) *Caixa e depósitos bancários*

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

c) *Acionistas*

Os empréstimos a empresas do Grupo, incluídos na rubrica “Acionistas”, são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) *Fornecedores e outras contas a pagar*

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo ou ao custo amortizado. Habitualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade, a reconhecer, corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” da demonstração dos resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”.

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Sociedade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de estornos, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito da Sociedade inclui as comissões angariadas nas prestações de serviços efetuadas no âmbito da atividade de corretagem de seguros e honorários pela elaboração de projetos de consultoria de seguros.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

Prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros na data de início do período de risco mediado, tendo em conta que todo o trabalho de angariação e de renovação das apólices de seguro é efetuado até àquela data. Desta forma, não existe lugar ao reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

Honorários de consultoria

O rédito proveniente de honorários é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.7 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuados na preparação das demonstrações financeiras anexas estão relacionados com o reconhecimento do rédito associado à prestação de serviços e respetiva especialização.

Estimativas utilizadas no cálculo das comissões

Em caso de não conclusão, à data do encerramento do exercício, da negociação com clientes e/ou seguradoras sobre os valores finais a constarem nos contratos de seguro, as estimativas são efetuadas com base nos seguintes aspetos:

- i) Últimos valores apresentados pela seguradora no decurso da negociação; e
- ii) Valores constantes na apólice imediatamente anterior (em caso de renovação).

Em caso de existirem prestações de serviços de corretagem de seguros com pagamentos fracionados, ou seja, em que a data de início do período de risco mediado já tenha ocorrido, mas as comissões sejam recebidas em períodos futuros, a Sociedade estima, com base nos últimos valores apresentados, as comissões a receber que dizem respeito a esses serviços.

A Sociedade regista acertos nas comissões associadas ao serviço de corretagem no momento em que tem a expectativa de vir a receber ou pagar valores relacionados com a prestação de serviços em que a data de início do período de risco mediado já tenha ocorrido.

3.8 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.9 Benefícios pós-emprego

A Sociedade tem um plano de contribuições definidas, de forma a complementar a reforma atribuída aos seus colaboradores. Este plano abrange a totalidade dos seus colaboradores.

As contribuições realizadas pela Sociedade para o plano de contribuições definidas são reconhecidas como custo do exercício como "Gastos com o pessoal".

3.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são faturados. As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de balanço Caixa e depósitos bancários é composta como se segue:

	2019	2018
Depósitos à ordem		
. Fundos recebidos de clientes (Nota 21.e)	2.734.866	1.717.467
. Fundos da atividade operacional	658.690	277.093
	<u>3.393.556</u>	<u>1.994.559</u>

São excluídos da rubrica de "Caixa e seus equivalentes", para efeitos de preparação da demonstração dos fluxos de caixa, os depósitos à ordem onde a Sociedade deposita os fundos recebidos de clientes (Nota 21), uma vez que existem restrições regulamentares à movimentação destas contas por parte da Sociedade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis foi o seguinte:

	2019							2018		
	Saldo inicial			Aquisições	Transferências	Amortizações e depreciações do exercício	Valor Bruto	Saldo final		
	Valor Bruto	Amortizações e depreciações acumuladas	Valor Líquido					Valor Bruto	Amortizações e depreciações acumuladas	Valor Líquido
Ativos fixos tangíveis										
Equipamento administrativo	153.298	(95.458)	57.840	6.421	-	(24.123)	159.719	(119.582)	40.138	
Equipamento básico	9.919	(9.555)	364	-	-	(364)	9.919	(9.919)	-	
	163.217	(105.014)	58.204	6.421	-	(24.487)	169.638	(129.501)	40.138	
Ativos intangíveis										
Software	230.712	(230.712)	-	434.365	56.166	(13.621)	721.243	(244.333)	476.910	
Em curso	91.604	-	91.604	-	(56.166)	-	35.438	-	35.438	
	322.316	(230.712)	91.604	434.365	-	(13.621)	756.681	(244.333)	512.348	
	485.533	(335.726)	149.808	440.786	-	(38.108)	926.319	(373.834)	552.485	

	2018							2017		
	Saldo inicial			Aquisições	Amortizações e depreciações do exercício	Abates	Vendas	Saldo final		
	Valor Bruto	Amortizações e depreciações acumuladas	Valor Líquido					Valor Bruto	Amortizações e depreciações acumuladas	Valor Líquido
Ativos fixos tangíveis										
Equipamento administrativo	472.994	(425.869)	47.125	35.557	(19.797)	(4.770)	(274)	153.298	(95.458)	57.840
Equipamento básico	50.844	(48.676)	2.168	-	-	(1.804)	-	9.919	(9.555)	364
	523.838	(474.545)	49.293	35.557	(19.797)	(6.575)	(274)	163.217	(105.014)	58.204
Ativos intangíveis										
Software	245.904	(245.904)	-	-	-	-	-	230.712	(230.712)	-
Em curso	-	-	-	91.604	-	-	-	91.604	-	91.604
	245.904	(245.904)	-	91.604	-	-	-	322.316	(230.712)	91.604
	768.742	(720.449)	48.293	127.161	(19.797)	(6.575)	(274)	485.533	(335.726)	149.808

No exercício de 2019 foi adquirido software utilizado no desenvolvimento da atividade da Sociedade, no valor de 434.365 euros.

No exercício de 2018 foi abatido equipamento administrativo e equipamento básico no montante de 355.559 euros, tendo gerado um gasto no montante de 6.575 euros, registado na rubrica “Outros gastos e perdas”.

6. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com veículos e com as suas instalações, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos não canceláveis das locações operacionais, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são detalhados conforme se segue:

	2019	2018
Até 1 ano	241.948	221.792
Entre 1 ano e 5 anos	751.910	629.424
A mais de 5 anos	461.216	668.599
	<u>1.455.075</u>	<u>1.519.816</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhado conforme se segue:

	2019	2018
Pagamentos mínimos	243.293	200.396
Outros	1.055	1.352
	<u>244.348</u>	<u>201.749</u>

7. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Ativos por impostos diferidos” corresponde a diferenças temporárias originadas por provisões não aceites fiscalmente.

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	2019	2018
Saldo inicial	167.152	150.488
Reforços (Nota 20)	40.261	16.664
	<u>207.413</u>	<u>167.152</u>

8. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos de clientes e de outras contas a receber apresentavam a seguinte composição:

	2019			2018		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes						
. Conta corrente	2.089.281	(772)	2.088.509	1.404.023	(49.343)	1.354.680
. Clientes de cobrança duvidosa	58.787	(39.263)	19.524	34.404	(31.941)	2.463
. Outros valores a receber	50.314	-	50.314	79.051	-	79.051
	<u>2.198.382</u>	<u>(40.035)</u>	<u>2.158.347</u>	<u>1.517.478</u>	<u>(81.284)</u>	<u>1.436.194</u>
Outras contas a receber						
. Devedores por acréscimos de rendimentos						
. . Serviços prestados a faturar	417.343	-	417.343	571.948	-	571.948
. Outros devedores						
. . Cauções relativas a contratos de arrendamento	71.491	(18.283)	53.208	72.741	(18.283)	54.458
. . Adiantamentos ao pessoal	3.765	-	3.765	5.516	-	5.516
. Outros	1.869	-	1.869	1.213	-	1.213
	<u>494.468</u>	<u>(18.283)</u>	<u>476.185</u>	<u>651.418</u>	<u>(18.283)</u>	<u>633.135</u>
	<u>2.692.850</u>	<u>(58.318)</u>	<u>2.634.532</u>	<u>2.168.896</u>	<u>(99.567)</u>	<u>2.069.329</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos – Serviços prestados a faturar” refere-se ao valor estimado de comissões de corretagem e honorários por serviços prestados, cuja faturação ocorrerá em períodos seguintes (Notas 3.6 e 3.7).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Clientes – Conta corrente” inclui 256.363 euros e 170.768 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar por partes relacionadas (Nota 10).

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de dívidas a receber e de outros devedores, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, pode ser detalhado da seguinte forma:

	2019	2018
Clientes de cobrança duvidosa		
Saldo inicial	81.284	37.145
Reforços	6.704	53.114
Reversões	(28.683)	(8.975)
Utilizações	(19.270)	-
	<u>40.035</u>	<u>81.284</u>
Outros devedores		
Saldo inicial	18.283	4.593
Reforços	-	18.283
Reversões	-	(4.593)
	<u>18.283</u>	<u>18.283</u>

O efeito líquido dos reforços e reversões das perdas por imparidade acumuladas de dívidas a receber e de outros devedores no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, corresponde a um proveito no montante de 21.979 euros (custo no montante de 57.829 euros em 2018) e encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados “Imparidade de dívidas a receber”.

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2019	2018
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Estimativa de imposto (Nota 20)	671.763	649.329
Pagamentos por conta	(534.788)	(513.744)
	<u>136.975</u>	<u>135.585</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	91.720	48.860
Contribuições para a Segurança Social	69.066	58.593
Imposto sobre o Valor Acrescentado	14.462	21.001
Outros impostos	689	2.177
	<u>312.912</u>	<u>266.216</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Sociedade não tinha impostos ou contribuições para a Segurança Social em mora.

10. PARTES RELACIONADASRemunerações dos órgãos sociais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os membros dos órgãos sociais da Sociedade foram remunerados em 26.700 euros e 16.400 euros, respetivamente (Nota 18).

Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os principais saldos mantidos com partes relacionadas tinham a seguinte composição:

	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<u>Saldos relacionados com a atividade de corretagem</u>				
Willis Ibéria	83.771	295.661	95.729	50.926
Willis Group Services Limited	22.505	202.489	66.293	100.081
Willis Corretores de Resseguros Ltda (Bras il)	140.932	-	-	-
Willis Towers Watson Senegal	-	55.393	-	-
Grass Savoye France	7.884	-	5.484	-
Towers Watson Portugal	-	3.885	-	-
Willis AG	(3.565)	-	1.761	-
Willis of Illinois, Inc	2.836	-	-	1.701
Willis Itália	1.000	-	1.500	-
Willis NY	1.000	-	-	-
	<u>256.363</u>	<u>557.428</u>	<u>170.768</u>	<u>152.707</u>
<u>Outros saldos</u>				
WTW Global Treasury Company	2.885.590	-	2.873.604	-
Willis Ibéria	-	265.330	8.130	-
Willis Group Services Limited	-	232.592	-	339.704
Towers Watson Portugal	-	-	1.720	-
	<u>2.885.590</u>	<u>497.922</u>	<u>2.883.453</u>	<u>339.704</u>
	<u>3.141.953</u>	<u>1.055.350</u>	<u>3.054.221</u>	<u>492.411</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade apresenta saldos ativos com a WTW Global Treasury Company nos montantes de 2.885.590 euros e 2.873.604 euros, respetivamente, que correspondem a empréstimos concedidos a esta entidade, com maturidades inferiores a um ano, e que vencem juros a taxas correntes de mercado (Nota 19).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade mantinha saldos passivos com a Willis Group Services Limited nos montantes de 232.592 euros e 339.704 euros, respetivamente, que correspondem ao valor dos gastos imputados à Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos relacionados com a atividade de corretagem correspondem aos valores a receber ou a pagar a outras entidades do Grupo Willis, devidas por referência de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados entre estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, sempre de acordo com as condições definidas pelo Grupo. Estes saldos encontram-se registados nas rubricas "Clientes" e "Fornecedores".

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)

As principais transações efetuadas pela Sociedade com empresas do Grupo Willis, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tiveram o seguinte reflexo ao nível das respetivas demonstrações dos resultados:

	2019	2018
Serviços prestados (Nota 15)	174.055	298.769
Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	(424.420)	(349.570)
Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 19)	47.109	49.544
	<u>(203.257)</u>	<u>(1.257)</u>

O montante incluído em "Serviços prestados" corresponde a comissões recebidas, por referenciação de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados entre estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, líquidas de comissões cedidas a outras empresas do Grupo Willis.

11. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Fundo de Compensação do Trabalho	25.609	19.169
Rendas	17.929	18.192
Seguros	15.523	25.148
Outros custos diferidos	31.597	5.647
	<u>90.658</u>	<u>68.156</u>

12. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital da Sociedade, totalmente subscrito e realizado, era composto por 120.000 ações com o valor nominal de cinco euros cada e é detido em 99,95% pela Willis Iberia Correduria de Seguros Y Reaseguros, S.A..

Reserva legal:

A legislação comercial estabelece que, no mínimo, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta reserva encontrava-se totalmente constituída.

Aplicação do resultado:

Nas Assembleias Gerais de Acionistas, realizadas em 20 de junho de 2019 e 13 de abril de 2018 foi deliberado que os resultados líquidos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, nos montantes de 1.798.202 euros e 1.794.200 euros, respetivamente, fossem integralmente distribuídos aos Acionistas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)13. PROVISÕES

O movimento ocorrido na rubrica “Provisões” durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, pode ser detalhado da seguinte forma:

	2019	2018
Provisão para outros riscos e encargos		
Saldo inicial	638.000	590.150
Reforços	57.100	47.850
	<u>695.100</u>	<u>638.000</u>

A provisão constituída destina-se a fazer face a responsabilidades decorrentes da atividade da Sociedade.

14. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2019	2018
Fornecedores		
. Companhias de seguros (Nota 21)	4.661.807	2.788.774
. Outros fornecedores	215.236	113.207
	<u>4.877.043</u>	<u>2.901.981</u>
Outras contas a pagar		
. Credores por acréscimos de gastos		
. Remunerações e respetivos encargos	486.525	492.958
. Benefícios pós-emprego - contribuição definida	100.000	-
. Honorários	28.348	42.000
. Seguros	22.162	17.752
. Outros	120.223	8.179
. Credores (sub-agentes)	14.211	90.101
. Outros credores	32.362	8.148
	<u>803.831</u>	<u>659.138</u>
	<u>5.680.874</u>	<u>3.561.119</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Fornecedores” inclui 557.428 euros e 152.707 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar a partes relacionadas (Nota 10).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)15. SERVIÇOS PRESTADOS

As prestações de serviços efetuadas pela Sociedade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, resultaram, essencialmente, de operações realizadas em Portugal e podem ser detalhadas como se segue:

	2019	2018
Atividade de corretagem	7.578.262	7.185.191
Honorários	515.836	520.615
	<u>8.094.098</u>	<u>7.705.806</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Atividade de corretagem” inclui 174.055 euros e 298.769 euros, respetivamente, relacionados com comissões recebidas de entidades relacionadas, por referência de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados entre estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, líquidas de comissões cedidas a outras empresas do Grupo Willis (Nota 10).

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Trabalhos especializados	505.603	463.938
Rendas e alugueres	379.622	288.598
Comissões	86.289	128.657
Deslocações e estadas	67.614	56.453
Seguros	41.698	36.757
Despesas de representação	41.301	58.549
Comunicação	29.795	56.428
Outros	103.856	153.244
	<u>1.255.778</u>	<u>1.242.624</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” inclui 424.420 euros e 349.570 euros, respetivamente, relacionados com valores pagos ao Grupo (Nota 10).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais	26.700	16.400
Remunerações do pessoal	2.583.044	2.328.487
Encargos sobre remunerações	613.460	555.589
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	13.895	10.689
Benefícios pós-emprego:		
. Contribuição definida	100.000	100.000
Indemnizações	(1.011)	70.055
Outros	835.782	733.103
	<u>4.171.870</u>	<u>3.814.323</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade manteve ao seu serviço, em média, 73 colaboradores.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Outros” inclui essencialmente gastos com vales sociais de apoio à educação e gastos com um seguro de capitalização a favor dos colaboradores.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade efetuou contribuições para o plano de contribuição definida, que abrange a totalidade dos seus colaboradores, pelo montante de 100.000 euros, em cada ano.

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS / GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2019	2018
<u>Outros rendimentos e ganhos:</u>		
Diferenças de câmbio favoráveis	27.804	20.582
Subsídios à exploração	8.597	14.919
Outros rendimentos e ganhos	9.875	6.612
	<u>46.276</u>	<u>42.112</u>
<u>Outros gastos e perdas:</u>		
Impostos	130.395	129.173
Diferenças de câmbio desfavoráveis	49.440	23.875
Outros gastos e perdas	17.842	31.123
	<u>197.677</u>	<u>184.171</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Outros gastos e perdas – Impostos” respeita, essencialmente, a Imposto do Selo suportado pela Sociedade, o qual está associado às comissões recebidas durante os respetivos exercícios.

19. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Juros sobre financiamentos concedidos a empresas do Grupo (Nota 10)	47.109	49.544
	47.109	49.544

20. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2019 e 2018 é de 22,5%. Adicionalmente, os lucros tributáveis estão sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, de acordo com os seguintes intervalos: (i) 1.500.000 euros e 7.500.000 euros, aplicando-se a taxa de 3%; (ii) 7.500.000 euros e 35.000.000 euros, aplicando-se a taxa de 5%; e (iii) superiores a 35.000.000 euros, aplicando-se uma taxa de 9%.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Sociedade encontra-se sujeita à tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade nos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o gasto com impostos sobre o rendimento é detalhado como segue:

	2019	2018
Imposto corrente do exercício	671.763	649.329
Imposto diferido do exercício (Nota 7)	(40.261)	(16.664)
	631.502	632.665

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a reconciliação do imposto corrente do exercício é conforme segue:

	2019	2018
Resultado antes de impostos	2.488.929	2.430.867
Taxa nominal de impostos	22,5%	22,5%
Imposto à taxa nominal	560.009	546.945
Diferenças:		
Diferenças temporárias (i)	35.348	14.880
Diferenças permanentes (ii)	(5.964)	10.594
Tributações autónomas	48.784	45.588
Derrama estadual	33.586	31.323
Imposto corrente do exercício (Nota 9)	671.763	649.329

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as diferenças temporárias podem ser resumidas como segue:

	2019	2018
Reforços / (Reversões) registados com provisões (Nota 13)	57.100	47.850
Reforços / (Reversões) registados com imparidade (Nota 8)	-	18.283
Pagamento ou colocação à disposição de pensões (Nota 14)	100.000	-
	157.100	66.133
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	35.348	14.880

(ii) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estes montantes tinham a seguinte composição:

	2019	2018
Benefícios fiscais	(37.489)	(34.611)
(Reposição)/reforço de imparidade e provisões, líquido	(22.796)	38.748
Seguros de vida, doença e acidentes pessoais	6.764	7.007
Despesas não dedutíveis	25.007	32.050
Outros, líquidos	2.009	3.891
	(26.506)	47.085
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	(5.964)	10.594

Nos exercícios de 2019 e 2018, os benefícios fiscais incluídos no quadro anterior dizem maioritariamente respeito a criação líquida de emprego e atribuição de cheques creche aos colaboradores.

21. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAISPrestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Nos termos do n.º 1 do Artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, de 30 de dezembro, as demonstrações financeiras devem incluir a seguinte informação, desagregada por alínea respetiva do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

Esta informação é divulgada pela Sociedade nas Notas 3.6 e 3.7.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

As remunerações recebidas pela Sociedade durante os exercícios de 2019 e 2018 são em numerário e reconhecidas de acordo com as políticas definidas na Nota 3.6, encontrando-se a respetiva desagregação, por tipo de remuneração, apresentada na Nota 15 – Serviços prestados.

c) Total de remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados desagregados por ramo e por origem

As remunerações recebidas pela Sociedade, nos exercícios de 2019 e 2018 apresentam a seguinte composição:

	2019		
	Ramo		Total
	Vida	Não vida	
Comissões			
Empresas de Seguros	184.921	6.833.063	7.017.984
Outros Mediadores	-	343.161	343.161
Honorários			
Clientes (Nota 15)	-	515.836	515.836
	<u>184.921</u>	<u>7.692.060</u>	<u>7.876.981</u>
	2018		
	Ramo		Total
	Vida	Não vida	
Comissões			
Empresas de Seguros	148.365	6.429.917	6.578.283
Outros Mediadores	-	638.290	638.290
Honorários			
Clientes (Nota 15)	-	520.615	520.615
	<u>148.365</u>	<u>7.588.822</u>	<u>7.737.188</u>

Os montantes de comissões apresentados no quadro acima correspondem a recibos emitidos durante os exercícios de 2019 e 2018, independentemente do momento da sua liquidação ou do reconhecimento contabilístico da receita respetiva.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)d) Níveis de concentração

Nos exercícios de 2019 e 2018, nenhuma entidade (empresa de seguros, mediadores ou clientes) representou mais do que 25% dos proveitos totais recebidos pela Sociedade.

e) Valores das contas clientes

Os valores das contas de depósitos à ordem relativas a fundos recebidos de clientes (Nota 4) e a sua movimentação durante os exercícios de 2019 e 2018 são apresentados como segue:

Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2017	1.508.041
Movimento do ano (débito)	67.837.758
Movimento do ano (crédito)	(67.628.332)
Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2018 (Nota 4)	1.717.467
Movimento do ano (débito)	74.906.545
Movimento do ano (crédito)	(73.889.145)
Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2019 (Nota 4)	2.734.866

f) Valores das contas a receber e a pagar

Esta informação encontra-se detalhada, relativamente aos valores a receber, na Nota 8 – Clientes e outras contas a receber. A desagregação por origem dos valores a pagar encontra-se detalhada na Nota 14 – Fornecedores e outras contas a pagar.

g) Desagregação dos valores a receber e a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos brutos das contas a receber e as contas a pagar podem ser desagregadas da seguinte forma:

	2019		2018	
	Contas a receber - Clientes ^(a) (Nota 8)	Contas a pagar - Seguradoras (Nota 14)	Contas a receber - Clientes ^(a) (Nota 8)	Contas a pagar - Seguradoras (Nota 14)
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	-	733.660	-	1.824.744
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	5.106.928	5.106.928	2.482.288	2.482.288
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	-	(127.883)	148.007	-
Remunerações respeitantes a prémios de seguro e resseguro:				
· Já cobrados	-	(84.368)	-	(182.347)
· Por cobrar	-	(390.055)	-	(227.859)
Outros valores:				
· Honorários devidos à Sociedade por prestação de serviços em consultoria de seguros	197.568	-	300.879	-
· Recibos cobrados, em processamento pela Sociedade	(612.761)	(513.927)	(1.196.389)	(1.080.528)
· Recebimentos de clientes no final do ano, ainda não processados	(2.543.667)	(58.377)	(10.436)	-
· Outros valores	50.314	(4.372)	(188.952)	(7.505)
	<u>2.198.382</u>	<u>4.661.807</u>	<u>1.517.471</u>	<u>2.788.774</u>

^(a) valores brutos, antes do reconhecimento de perdas por imparidade

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)h) Antiguidade e classificação dos valores a receber

A antiguidade das contas a receber vencidas à data de 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como da imparidade registada pela Sociedade, é apresentada como segue:

	2019		2018	
	Valores a receber	Imparidade	Valores a receber	Imparidade
Até 1 mês	4.047.546	-	1.910.370	-
De 1 a 3 meses	219.784	-	624.678	-
De 3 a 6 meses	235.390	-	238.148	-
	4.502.720	-	2.773.196	-
De 6 meses a 1 ano	110.314	20.296	39.439	2.464
Entre 1 e 2 anos	4.858	1.857	53.052	33.223
Superior a 2 anos	68.370	17.882	45.568	45.597
	183.543	40.035	138.058	81.284
Recebimentos não alocados	(2.538.195)	-	(1.472.827)	-
	2.148.068	40.035	1.438.427	81.284

i) Descrição de obrigações contingentes

Esta informação encontra-se detalhada nas Notas 13 – Provisões e 22 – Outros assuntos.

Nos termos do n.º 2 do Artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, de 30 de dezembro, a Sociedade, enquanto corretor de seguros, deve ainda divulgar a seguinte informação:

a) Empresas de seguros cujas remunerações pagas à Sociedade representem pelo menos 5% do total das remunerações auferidas

As remunerações relativas a comissões auferidas pela Sociedade apresentam a seguinte composição:

	2019			
	Ramo		Total (Nota 21 c))	%
	Vida	Não vida		
Fidelidade	37.865	1.630.977	1.668.842	24%
Seguradoras Unidas	16.122	889.650	905.772	13%
Generali	1.739	804.772	806.511	11%
Allianz	5.826	769.165	774.992	11%
Zurich		512.190	512.190	7%
Lusitania		321.655	321.655	5%
AIG		303.572	303.572	4%
Cosec		262.331	262.331	4%
Outros inferiores a 4%	123.369	1.338.750	1.462.119	21%
Total	184.921	6.833.063	7.017.984	100%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)

	2018			
	Ramo		Total (Nota 21 c))	%
	Vida	Não vida		
Fidelidade	17.179	1.343.022	1.360.201	21%
Allianz	5.634	1.020.491	1.026.126	16%
Seguradoras Unidas	11.111	1.007.053	1.018.164	15%
Generali		763.713	763.713	12%
Zurich		456.391	456.391	7%
AIG		306.606	306.606	5%
Lusitania		303.466	303.466	5%
Outros inferiores a 4%	114.441	1.229.176	1.343.617	20%
Total	148.365	6.429.917	6.578.283	100%

Os montantes apresentados nos quadros acima correspondem a recibos emitidos durante os exercícios de 2019 e 2018, independentemente da data de início de cobertura. Adicionalmente, não são incluídos valores relativos a resseguro.

- b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado à Sociedade poderes para o recebimento em seu nome

Nos exercícios de 2019 e 2018, a Sociedade não recebeu fundos com as características mencionadas acima.

22. OUTROS ASSUNTOS

O artigo 18, n.º 1, alínea d), do Decreto-Lei n.º 7/2009, de 16 de janeiro, prevê que cada corretor de seguros disponha de garantia bancária ou de seguro de caução destinado à cobertura do pagamento "de créditos dos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários face ao corretor e que respeitem aos fundos que lhe foram confiados com vista a serem transferidos para essas pessoas" e "de créditos dos clientes face ao corretor, resultantes de fundos que este recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios" relativamente aos quais o corretor não tenha entregue simultaneamente o recibo de prémio emitido pela empresa de seguros.

Tais instrumentos deverão ter um valor mínimo correspondente a 18.750 euros ou, se superior, o valor correspondente a uma percentagem incidente sobre uma parcela dos fundos movimentados pelo corretor de seguros, que, apesar de o Regime Jurídico da Distribuição de Seguros (RJDS) não ter sido ainda objeto de regulamentação ex novo neste âmbito, a Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de dezembro, no n.º 1 do artigo 13º-A, fixou em 4% sobre a totalidade dos fundos confiados ao corretor pelos tomadores de seguros para serem entregues às empresas de seguros, e por estas para serem entregues aos tomadores, segurados ou beneficiários, durante o exercício económico precedente ao de subscrição do seguro-caução. Excluem-se aqueles relativamente aos quais foram outorgados poderes ao corretor de seguros, pela empresa de seguros, para o recebimento em seu nome.

Para este efeito, a Sociedade dispõe de uma apólice de seguro de caução prestada pela Ageas, pelo valor mínimo acima mencionado, com início em 1 de janeiro de 2015 e automaticamente renovável por períodos de 1 ano.

Nos termos do Artigo 88º do Código dos Contratos Públicos (DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro), a Sociedade tem ainda apólices de seguro de caução prestadas pela COSEC no âmbito dos contratos com entidades públicas. Estas apólices de seguro de caução são efetuadas para determinados contratos celebrados entre a Sociedade e as respetivas entidades públicas.

23. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data do balanço e antes das demonstrações financeiras terem sido autorizadas para emissão, verificaram-se os seguintes acontecimentos com materialidade que merecem relevância de divulgação.

Face ao aparecimento do novo coronavírus (COVID-19), na China em dezembro de 2019, que rapidamente se expandiu a uma escala global atingindo um elevado número de países e com níveis alarmantes de propagação entre a população, no passado dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a doença COVID-19 como uma pandemia.

Neste contexto de crise pandémica provocada pela doença COVID-19 o Governo declarou estado de alerta em Portugal no dia 13 de março de 2020, tendo sido declarado o estado de emergência a 18 de março, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020 de 18 de março de 2020. O estado de emergência foi sucessivamente renovado nos dias 2 e 17 de abril, tendo sido adotado um conjunto de medidas restritivas que limitam a liberdade de circulação das pessoas e de contenção no âmbito da atividade das empresas, conduzindo a que uma parte das atividades comerciais das sociedades ficassem suspensas.

A evolução positiva do número de casos de contágio de COVID-19 levou o Governo Português a decidir pela declaração de situação de calamidade a 3 de maio de 2020, situação que perdura até à presente data, permitindo assim implementar medidas graduais de levantamento do confinamento e consequentemente dar início a uma progressiva recuperação da economia.

Tendo em conta a complexidade dos mercados devido à globalização dos mesmos e a ausência, de momento, de um tratamento médico eficaz contra este vírus, as consequências para as operações da Sociedade são incertas e vão depender em grande parte da medida da evolução e extensão da pandemia nos próximos meses, assim como da capacidade de reação e adaptação de todos os agentes económicos envolvidos.

Pelo supra exposto, à data da preparação das demonstrações financeiras é prematuro realizar uma avaliação detalhada e quantificada dos possíveis impactos do vírus COVID-19 sobre a Sociedade, devido à incerteza sobre as suas consequências a curto, médio e longo prazo.

A Administração da Sociedade realizou uma avaliação preliminar da situação atual com base na melhor informação disponível. Pelas considerações mencionadas anteriormente, esta informação pode ser incompleta.

Dos resultados desta avaliação destacam-se os seguintes aspetos:

- Risco de liquidez: é previsível que a situação geral dos mercados possa provocar um aumento generalizado de tensão de liquidez na economia, assim como uma contração do mercado de crédito. Neste sentido, se necessário, a Sociedade conta com capacidade de obter financiamento junto das empresas do Grupo.

- Risco de operações: dada a imprevisibilidade dos acontecimentos devido à situação em continua evolução e a menor atividade devido às medidas aprovadas pelo Governo que limitam a mobilidade das pessoas e a atividade das empresas, adotaram-se medidas preventivas que, incluem entre outras, a flexibilização horária e a implementação do teletrabalho, assim como procedimentos específicos destinados a monitorizar e a gerir em qualquer momento a evolução das operações, com o fim de minimizar o seu impacto.
- Risco de variação em determinadas variáveis financeiras: os fatores que se mencionaram anteriormente podem provocar nos próximos relatórios financeiros uma diminuição nos valores de grandezas relevantes para a Sociedade tais como "Volume de Negócios", "Resultado Operacional", "Resultado antes de Impostos" ou "Resultado Líquido", ainda que de momento não seja possível quantificar de forma fiável o seu impacto, tendo em conta as condicionantes e restrições já indicadas.
- Risco de continuidade (going concern): tendo em conta todos os fatores supramencionados, o Conselho de Administração considera como conclusão a aplicação do pressuposto da continuidade da empresa como válida.

Por último, salientar que a Administração da Sociedade está a realizar uma supervisão constante da evolução desta situação, com o intuito de enfrentar com êxito os eventuais impactos, tanto financeiros como não financeiros, que possam surgir.

O Conselho de Administração:



(Antonio Serrats Iriarte)
(Presidente)



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)
(Vice-Presidente)



(António José Gomes de Madureira)



(Jaime Castellanos Borrego)

WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)



(Enrique Santos Pereira)



(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Willis – Corretores de Seguros, S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 9.764.235 euros e um total de capital próprio de 2.577.427 euros, incluindo um resultado líquido de 1.857.427 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Willis – Corretores de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 23 do anexo às demonstrações financeiras, em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da doença provocada pela disseminação do novo coronavírus (“COVID-19”). Esta situação e a sua evolução poderão vir a ter impactos significativos na envolvente económica global, e consequentemente na atividade, no valor dos ativos e na rentabilidade da Sociedade. A extensão e o grau de severidade destes impactos não são ainda determináveis. Com base em toda a informação disponível à data, o Conselho de Administração considera que se mantém aplicável o pressuposto da continuidade das operações da Sociedade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

PA

“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

PA

- avaliamos se o uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 05 de junho de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da Willis – Corretores de Seguros, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Willis – Corretores de Seguros, S.A. (“Sociedade”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2019, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2019 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida, a qual não contém reservas e inclui uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito na secção “Ênfase” da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 05 de junho de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC

“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação acesse a www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746